

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE

Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório de Administração relativo ao exercício de 2010, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios I e II e o Parecer Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ambiente Macroeconômico e Mercados

O termo que melhor caracteriza o ambiente econômico vivido em 2010 é volatilidade. Foi um ano de mercados voláteis, com o preço dos ativos financeiros sem tendência definida e com variações bruscas, refletindo uma conjuntura também extremamente mutável.

No ambiente doméstico, o principal elemento de perturbação para o mercado financeiro e de capitais foi a elevada volatilidade da inflação. O ano começou com uma aceleração importante dos índices inflacionários, que foi sucedida por uma surpresa deflacionária do segundo para o terceiro trimestre, terminando o ano com uma nova aceleração inflacionária.

A aceleração inflacionária verificada no início do ano foi resultado de um choque (restrição) de oferta no item alimentação que, associada à continuidade das políticas monetárias e fiscais expansionistas adotadas desde finais de 2008, acabaram por sancionar uma escalada de preços em vários setores da economia.

A surpresa deflacionária teve a ver com a eclosão da crise da Grécia e o ambiente de incerteza que se criou na Comunidade Econômica Europeia, associada à percepção de que a economia americana se encaminhava para uma nova onda recessiva, dada a fraqueza do seu mercado de trabalho e o fim dos estímulos fiscais adotados a partir da crise de 2008. Essa associação de eventos gerou pressões baixistas em preços de commodities e outros bens comercializáveis internacionalmente, com efeitos favoráveis sobre os índices de preços domésticos.

Com os esforços de estabilização financeira empreendidos pelos países líderes da União Europeia, em especial a criação de um Fundo de Estabilização Financeira da ordem de € 400 bilhões, depois elevado para € 700 bilhões, e com adoção de um novo programa de afrouxamento quantitativo (Quantitative Easing 2 – QE2) pelo Banco Central Americano, tanto o mercado europeu quanto o mercado americano começaram a apresentar sinais de melhora no ritmo de atividade.

Crescendo a China a taxas da ordem de 10% a.a., e afastados os piores temores com respeito à Europa e aos Estados Unidos, houve uma rápida recomposição de preços de commodities e alimentos, com impactos inflacionários nos países emergentes que, ao contrário dos países desenvolvidos, estavam em marcha acelerada de crescimento e, portanto, com demanda em alta.

No caso brasileiro, a isso se associou o que se convencionou chamar de “ciclo político”, ou seja, o uso de políticas fiscais e monetárias expansionistas em períodos eleitorais. Resultado disso é que o Brasil terminou o ano com um crescimento da ordem de 7,5%, a menor taxa de desemprego em décadas, praticamente em estado de “pleno emprego”, mas uma ameaça cada vez maior de descontrole inflacionário.

Conjunturas tão diversas e mutáveis têm efeitos importantes no comportamento das variáveis que impactam o preço dos ativos financeiros. Assim, 2010 foi um ano bastante difícil para os gestores de recursos de terceiros, como o ISBRE, que, no entanto, graças principalmente a uma visão focada na alocação estratégica dos seus ativos, conseguiu desempenho bastante satisfatório, superando a sua meta atuarial.

Gestão Previdencial

Em 2010, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 28,7 milhões para 375 grupos familiares, com uma população amparada de 2096 pessoas, entre participantes e beneficiários.

Com relação ao Plano I, os benefícios pagos foram de R\$ 28,6 milhões, enquanto a receita de contribuições foi de R\$ 15,3 milhões, 53,6% daquele montante. Apesar de continuar o crescimento do número de participantes assistidos em relação ao total de participantes da Fundação, a entrada de participantes em benefício ficou aquém do esperado, pois um número elevado de funcionários do BRDE preferiu permanecer em atividade, mesmo tendo se aposentado pela previdência oficial. Contudo, mesmo assim, no final de 2010, os assistidos da Fundação representavam 62,2% do total de participantes, confirmando, mais uma vez, a maturidade do Plano. Em face disso, as receitas oriundas das contribuições limitam-se a cerca da metade dos compromissos pagos, reafirmando a importância de se alcançar, de forma consistente, a meta atuarial (INPC + 5,75% a.a.). Deve ser ainda destacada a relevância das contribuições dos assistidos, que, somadas à contrapartida paritária do Patrocinador, alcançam mais de 50% das receitas de contribuições da Fundação, constituindo-se em receitas indispensáveis à solvência do Plano.

Quanto ao Plano II, cabe destacar a continuidade da adesão ao plano, fundamental para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 240 participantes, correspondente a uma adesão de 79% dos funcionários admitidos nas patrocinadoras após 2001. O Plano tem a adesão de 86% dos técnicos e de 52% do pessoal administrativo. As contribuições do Plano atingiram o montante de R\$ 2,7 milhões, com um crescimento de 20,3% sobre o ano anterior.

A Resolução CGPC Nº 29/2009 trouxe modificações nos critérios e fontes de custeio dos planos de previdência complementar. Isso tornou possível, no Plano I e para o exercício de 2010, que se reduzisse o carregamento administrativo do plano de 15% para 9%. Como consequência, foi reduzida a contribuição dos participantes assistidos (e da respectiva contrapartida do patrocinador), a qual, no Plano de Custeio de 2010 foi fixada em 11,30%, ante 12,15% vigente anteriormente.

No Plano II, com base nas inovações trazidas pela mesma Resolução, foi efetuada uma análise da adequação do Fundo Administrativo às necessidades do plano, verificando-se que o saldo acumulado era suficiente para fazer frente às despesas administrativas, com segurança, por um período bastante prolongado. Desse modo, a taxa de carregamento foi reduzida, no Plano de Custeio de 2010, dos 15% até então cobrados para zero.

Também em 2010 foi aprovada nas instâncias de Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Diretoria do BRDE alterações no Plano II, visando a sua adequação às alterações ocorridas na legislação, além de conferir uma maior flexibilidade e modernidade ao Plano, com um melhor atendimento às necessidades de seus participantes.

Destaca-se, por fim, a redução da meta atuarial dos Planos I e II que passa a ser de INPC + 5,75% ao ano, em vez INPC mais 6% empregada até 2009.

Governança Corporativa

A Resolução CGPC nº. 13, promulgada pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar em 2004, estabeleceu os padrões mínimos de Governança Corporativa a serem adotados pelas EFPC.

Em 2010, o ISBRE manteve o Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles, que, combinando software e serviços de consultoria, muito tem contribuído para o aperfeiçoamento dos seus sistemas de controles internos, em especial aqueles relativos aos denominados riscos operacionais. Nesse sistema, são revisados semestralmente todos os processos em uso pelo ISBRE, os riscos neles envolvidos e os controles existentes. Como resultado, o relatório e as sugestões de melhorias foram submetidos aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, os quais aprovaram as ações propostas pela Diretoria Executiva do ISBRE.

Também no exercício, em atendimento às disposições da Resolução nº. 28 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que instituiu a partir de 1º de janeiro de 2010, novos procedimentos e padrões contábeis para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foi feita pelas equipes próprias de Contabilidade e de Informática a reestruturação e reprogramação do Sistema de Contabilidade, bem como a implementação de suas integrações com os demais sistemas em uso pelo ISBRE.

Nos Conselhos da Fundação em 2010 ocorreram as seguintes alterações na composição de seus quadros:

- Conselho Deliberativo: foram eleitos os conselheiros Sérgio Darci Inácio, para exercer seu segundo mandato, e Darlan Conte, em substituição ao conselheiro Marne de Bem Vidale, que completou seu segundo mandato no Conselho. Além disso, a Diretoria do BRDE indicou o conselheiro Mauro Rosito D'Ávila para substituir o conselheiro José Antônio Chaves Franco, que completou seu segundo mandato;

- Conselho Fiscal: foram eleitos, como conselheiros titulares, Amílcar Sérgio Mência (escolhido Presidente), em substituição a Eloi Bevilacqua, e Gilnei Roberto dos Santos Vargas, em substituição a Fábio Augusto Springer. Como suplentes, foram eleitos: Francisco Lutero Luehring (suplente do Presidente), em substituição a Iraci Brunetto, e André Chemale, em substituição a Clênio Callegaro da Silveira.

Agradecimentos

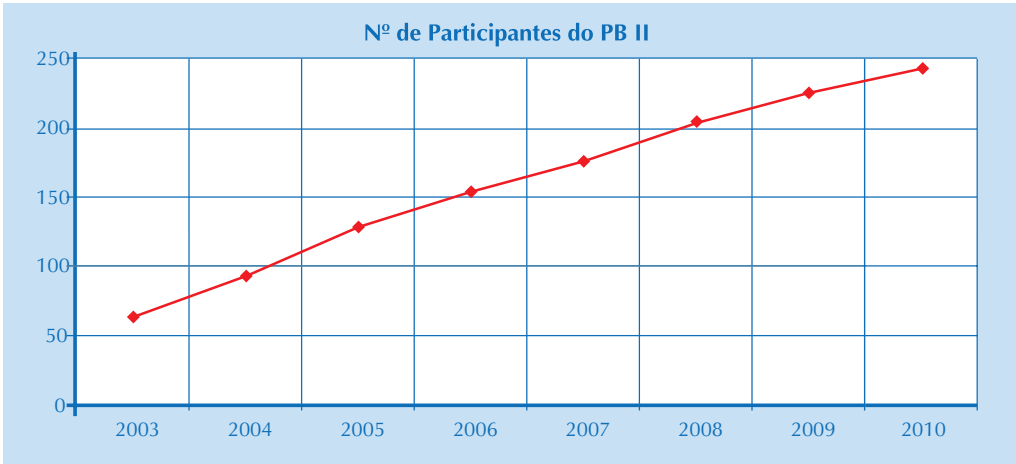
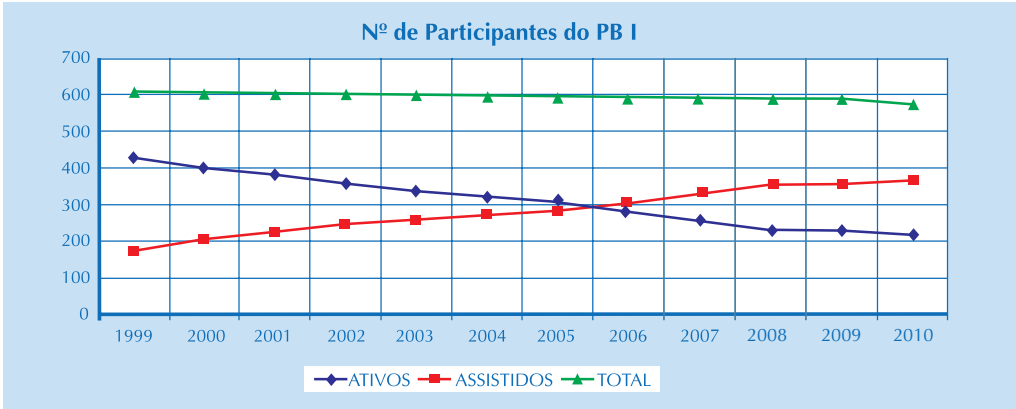
Finalizando, a Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança, e a orientação sempre segura e esclarecida dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e dos membros do Comitê de Investimentos.

Agradece também o apoio comprometido e responsável do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial, e registra – por último, mas não por menos – seu reconhecimento à dedicação e competência dos funcionários do ISBRE, todos também Participantes, fundamentais para atingir os resultados alcançados.

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelos Planos de Benefícios

PLANOS	PARTICIPANTES ATIVOS	PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	DEPENDENTES	TOTAL
PB I	225	370	939	1.534
PB II	240	5	317	562

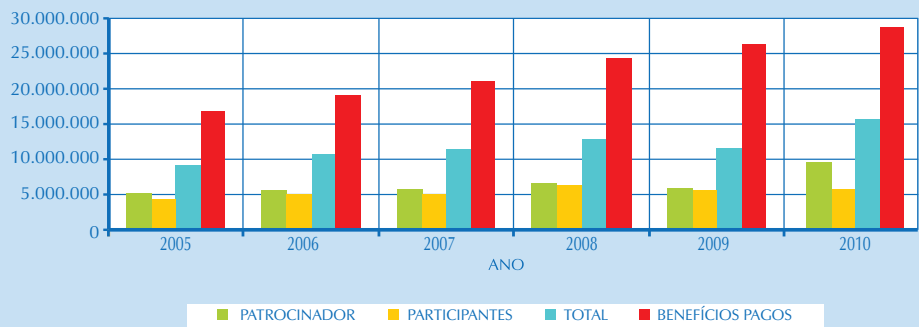


Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$ 1,00

ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			BENEF. PAGOS	RC/DB %
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL		
2005	5.169.400	4.462.300	9.631.700	16.710.500	57,64%
2006	5.444.400	4.942.200	10.386.600	18.680.600	55,60%
2007	5.828.700	5.186.500	11.015.200	20.561.600	53,57%
2008	6.569.300	6.389.900	12.959.200	24.536.400	52,82%
2009	5.964.600	5.649.600	11.614.200	26.986.800	43,04%
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%

Plano de Benefícios I
Receitas e Despesas Previdenciárias no Período de 2005 a 2010



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$ 1,00

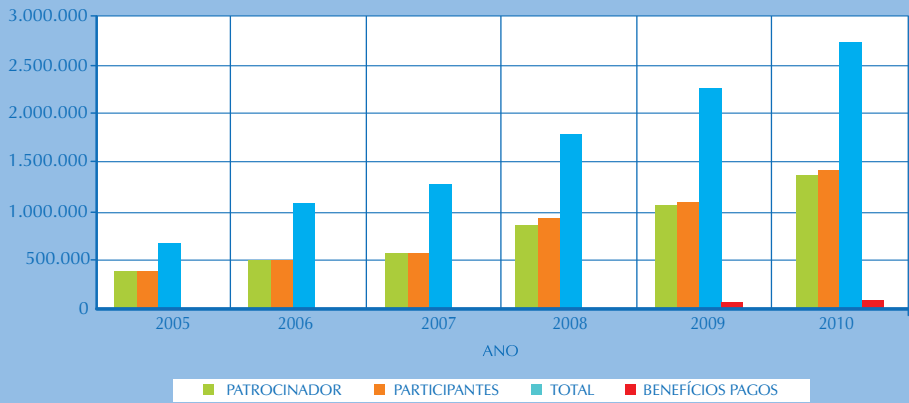
ANO	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL	BENEF. PAGOS
2005	350.100	350.700	700.800	12.000
2006	510.500	517.100	1.027.600	0
2007	607.100	620.000	1.227.100	9.196
2008	857.500	932.300	1.789.800	19.995
2009	1.112.500	1.145.900	2.258.400	45.700
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	77.800

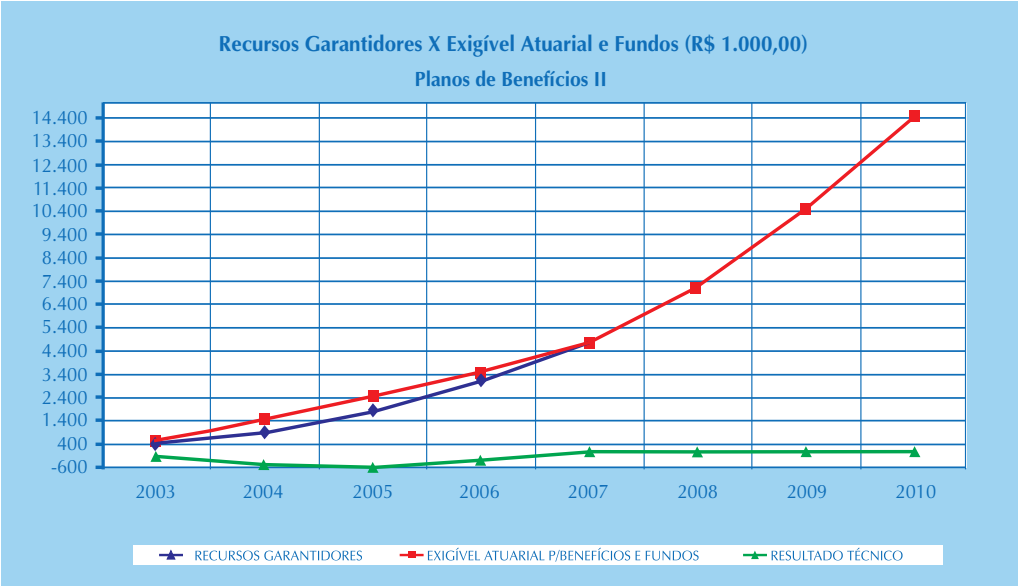
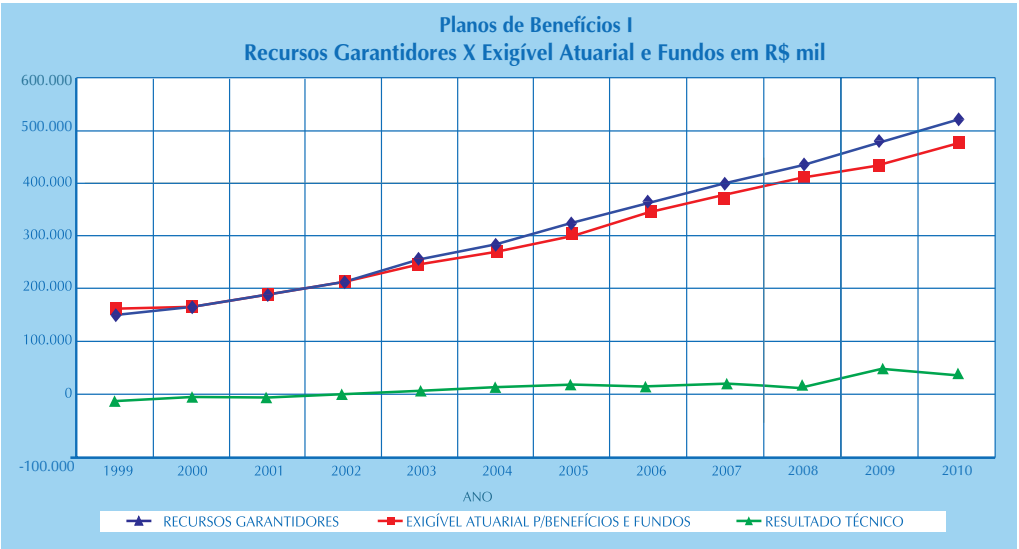
Avaliação dos Planos em 31/12/2010

em R\$ mil

PLANOS	FUNDO GARANTIDOR	PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS	RESULTADO TÉCNICO
PB I	518.367	481.743	36.624
PB II	14.482	14.470	12

Plano de Benefícios II
Receitas e Despesas Previdenciárias no Período de 2005 a 2010





Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2010.

DESPESAS	1º Sem/10	2º Sem/10	ANO
Pessoal e Encargos	4.154.291,54	810.872,00	4.965.163,54
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	190.543,16	102.061,57	292.604,73
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	59.112,53	83.913,11	143.025,64
Amortizações e Depreciações	11.890,20	13.523,73	25.413,93
Contingencial	256.549,31	65.257,90	321.807,21
Total das Despesas com a Administração Previdencial	4.672.386,74	1.075.628,31	5.748.015,05

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Diretrizes de Alocação e Distribuição dos Investimentos

O principal desafio que se coloca para os gestores de um fundo de pensão é garantir um fluxo de pagamentos – os benefícios previstos nos planos previdenciários que administra – em um horizonte de tempo que se estende por décadas.

Esse desafio tem dois componentes principais: a consistência no atingimento da meta atuarial de retornos dos investimentos (risco dos ativos), e a adequada avaliação e monitoramento da aderência das premissas atuariais à realidade dos seus participantes (risco do passivo), tais como, em especial, a longevidade e as alterações na composição dos grupos familiares.

Assim, a gestão de um fundo de pensão difere fundamentalmente daquela aplicável ao patrimônio individual de um investidor comum. Este último via de regra maximizará o retorno dos seus investimentos, dada sua tolerância individual ao risco deles decorrente.

O fundo de pensão, por sua vez, necessita considerar também se a relação risco/retorno de seus ativos é compatível com os riscos de seu passivo atuarial e com a necessidade de manter um determinado fluxo de pagamentos ajustado pela inflação. Daí a maior complexidade e maiores os desafios para seus gestores.

Com o propósito de equacionar essa questão complexa, foram desenvolvidos modelos de gestão (os ALM – Asset/Liability Management: gestão combinada de ativos e passivos) que, ao contemplar a trajetória esperada/desejada da razão entre os ativos e passivos, permitem simular, em situações normais de mercado, as melhores combinações de investimentos, riscos e retornos que garantam a solidez intertemporal do plano previdenciário (ou seja, patrimônio suficiente para arcar com os compromissos) e a capacidade de assegurar o fluxo de pagamentos futuros (liquidez para pagar os benefícios contratados).

É um modelo desse tipo que, observados os limites e restrições da legislação em vigor e a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, orienta a gestão dos investimentos do ISBRE, os quais, ao final do exercício, tinham a seguinte estrutura e distribuição por Plano de Benefício.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I			
	JUNHO/10	DEZEMBRO/10	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENTA FIXA	87,20	86,54	100	100
RENTA VARIÁVEL	4,43	4,70	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,63	4,93	10	20
IMÓVEIS	2,53	2,66	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1,21	1,17	3	15

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II			
	JUNHO/10	DEZEMBRO/10	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENTA FIXA	81,92	81,69	100	100
RENTA VARIÁVEL	4,16	4,44	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,35	4,66	10	20
IMÓVEIS	2,38	2,51	4	8
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	7,19	6,71	15	15

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
	JUNHO/10	DEZEMBRO/10	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENTA FIXA	88,27	87,56	100	100
RENTA VARIÁVEL	4,48	4,76	15	70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,69	4,99	10	20
IMÓVEIS	2,56	2,69	4	8

Na gestão dos investimentos da Fundação é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial, observados, contudo, os limites legais. No ano de 2010, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2010, a Fundação contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

CARTEIRA EM MERCADO	VALORES (EM R\$)	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA	465.498.509,06	90,00
Fundos de Renda Fixa	95.064.619,97	18,38
FI Minuano Renda Fixa	95.064.619,97	18,38
Fundo Multimercado sem Renda Variável	167.957.863,79	32,47
Banrisul Guarani FI Multimercado	167.957.863,79	32,47
Fundos Multimercado com Renda Variável	202.476.025,30	39,15
Credit Suisse Guaianás FIM	66.932.245,58	12,94
BBM Charrua FI Multimercado	135.543.779,72	26,21
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	23.617.894,29	4,57
Fundos de Investimento em Ações – FIAS	23.617.894,29	4,57
Fundo GAP Ações FIA	12.164.296,97	2,35
Quest Ações Institucional FICFIA	8.143.704,26	1,58
RB Fundamental FIAS	3.309.893,06	0,64
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	28.025.324,59	5,42
Fundos de Investimentos em Cotas FI	28.025.324,59	5,42
BBM Aymoré FICFI	27.233.725,96	5,27
Rio Bravo Energia I - FIP	791.598,63	0,15
TOTAL DE ATIVOS DA CARTEIRA EM MERCADO	517.141.727,94	99,99
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	55.537,92	0,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA EM MERCADO	517.197.265,86	100,00

Performance dos Investimentos / Rentabilidade Bruta

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano foi de 13,43%, correspondendo a 106,67% da meta atuarial acumulada do período.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1ºSEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO
	Em %	
RENDA FIXA	5,78	14,06
RENDA VARIÁVEL	-11,78	1,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,95	8,98
IMÓVEIS	7,64	22,57
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	7,96	14,12
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	-8,20	-5,74
TOTAL	4,96	13,43

Resultados acumulados em 2010: INPC: 6,47%; INPC+5,75%: 12,59%; CDI: 9,75%; IBrX: 2,62%; IMA-B: 17,04%; IHFA:10,42%

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi de 13,46%, correspondendo a 138,05% da Taxa DI acumulada do período.

Em %

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO
RENDA FIXA	5,78	14,06
RENDA VARIÁVEL	-11,78	1,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,95	8,98
IMÓVEIS	7,64	22,57
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	7,75	13,80
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	-8,20	-5,74
TOTAL	5,14	13,46

Resultados acumulados em 2010: INPC: 6,47%; INPC+5,75%: 12,59%; CDI: 9,75%; IBrX: 2,62%; IMA-B: 17,04%; IHFA: 10,42%

O diferencial de rentabilidade entre o PB I e o PB II decorre da diferença de participação do segmento de empréstimos a participantes – objeto de segregação real, na forma da regulamentação em vigor – no ativo de cada Plano, bem como dos seus diferenciais de retornos.

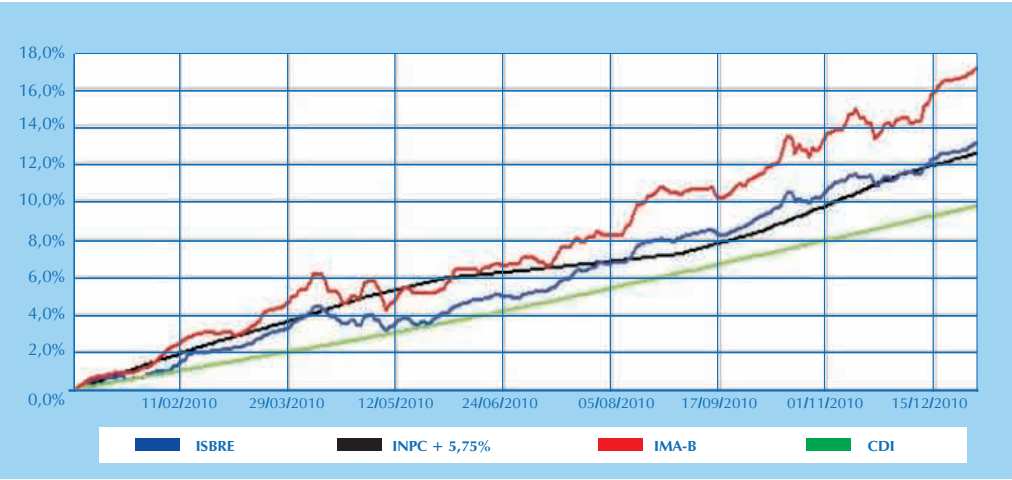
A performance global dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa no ano foi de 13,40%, correspondendo a 137,44% da Taxa DI acumulada do período.

Em %

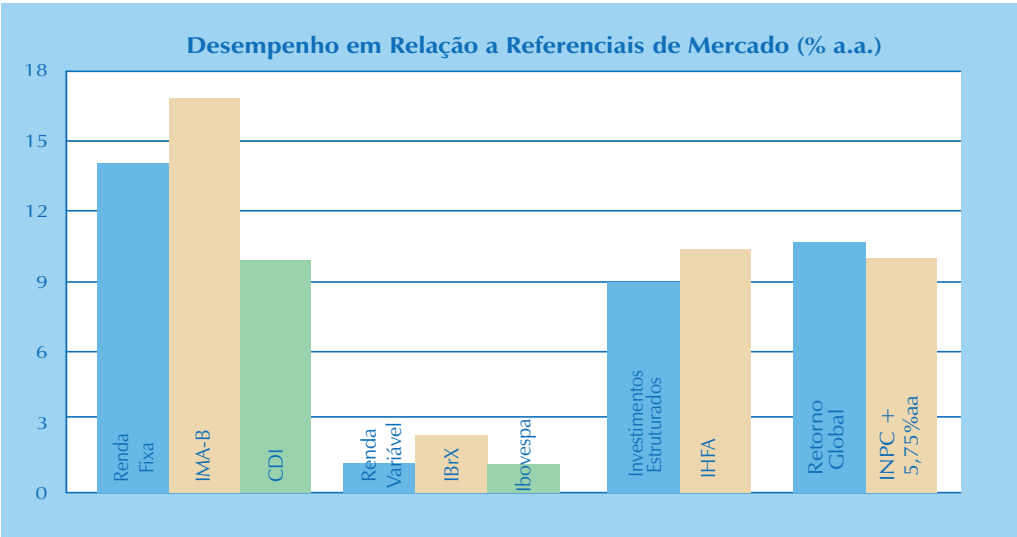
SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO 1º SEMESTRE	RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADA NO ANO*
RENDA FIXA	5,78	14,06
RENDA VARIÁVEL	-11,78	1,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,95	8,98
IMÓVEIS	7,64	22,57
OUTROS (Ações da Carteira Própria Residual)	-8,20	-5,74
TOTAL	4,90	13,40

Resultados acumulados em 2010: INPC: 6,47%; INPC+5,75%: 12,59%; CDI: 9,75%; IBrX: 2,62%; IMA-B: 17,04%; IHFA: 10,42% * O PGA foi instituído a partir de 01/ 01/2010 pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do retorno acumulado da carteira em mercado consolidada do ISBRE em 2010.



Quando comparado com os referenciais de mercado tem-se os seguintes desempenhos por segmento de aplicação.



Controle de Risco de Mercado

O risco de mercado, medido pelo método do VaR, representa a desvalorização potencial de uma carteira de ativos financeiros, considerando-se um dado nível de confiança estatístico e um determinado período de tempo. Em 31.12.2010, a exposição da carteira de ativos em mercado do ISBRE apresentava a exposição a risco de mercado evidenciado na tabela a seguir.

FUNDOS	VaR MÉDIO 2010 ¹	PARTICIPAÇÃO MÉDIA NA CARTEIRA EM MERCADO	CONTRIBUIÇÃO MÉDIA PARA O RISCO TOTAL ²
FI Banrisul Guarani Multimercado	0,35%	37,65%	30,81%
BBM Charrua FI Multimercado	0,58%	22,00%	31,06%
FI Minuano Renda Fixa	0,60%	18,19%	26,83%
Schroder Alpha Plus FI em Ações (ATÉ NOV10)	2,19%	3,68%	8,18%
BBM Aymoré FICFI Multimerca do	0,20%	4,71%	0,99%
Credit Suisse Guaianás FIM	0,08%	12,83%	0,68%
RB Fundamental FI em Ações	1,59%	0,60%	0,89%
Fundo Gap Ações FIA	1,44%	0,20%	0,31%
Quest Ações Institucional FICFIA	1,58%	0,14%	0,25%
Total da Carteira em Mercado	0,38%	100%	100%

1) O VaR Médio foi calculado a partir das posições de final de mês do 1º semestre de 2010, considerando-se o horizonte de tempo de 1 dia útil, com nível de confiança de 95% (ou seja, há apenas 5% de chance de que a desvalorização seja maior do que a calculada) . (2) Contribuição calculada pelo VaR marginal de cada segmento, que considera a correlações entre os diferentes ativos que compõem as carteiras.

Despesas com a Administração dos Recursos

A Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos.

Em R\$			
DESPESAS	1º Sem/10	2º Sem/10	Ano
Pessoal e Encargos	4.144.754,10	791.706,48	4.936.460,58
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	80.100,32	82.921,75	163.022,07
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	74.126,65	66.957,76	141.084,41
Amortizações e Depreciações	11.890,22	13.523,72	25.413,94
A) Total das Despesas com administração de Investimentos	4.310.871,29	955.109,71	5.265.981,00
B) Total Recursos Garantidores sob Gestão (Valor médio no período)	509.282.242,37	532.849.231,72	521.065.737,04
C) Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,85%	0,18%	1,01%

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais, foi, no semestre, equivalente a 2,126% do patrimônio médio sob gestão.

Neste semestre, os custos administrativos foram impactados por evento não recorrente relativo ao ressarcimento, pelo ISBRE ao Patrocinador BRDE, das despesas com dirigentes ocorridas desde 1º de junho de 2002, quando entrou em eficácia plena a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001. Esse ressarcimento foi determinado no ofício SPC nº. 504 CGFD/DIFIS/PREVIC, de 12 de março de 2010, da Coordenadoria Geral de Fiscalização Direta da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em resposta a consulta feita pelo BRDE em dezembro de 2001. O valor total foi de R\$ 7.017.773,84 e seu pagamento se deu mediante quitação parcial do Contato de Equacionamento de Déficit Técnico firmado com o BRDE em 11 de dezembro de 2000.

Política de Investimentos para 2011

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e sob a competente supervisão do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 10.12.2010 e divulgada aos Participantes na área reservada do portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2011, a seguir sumarizada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS I		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	77,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	1,50%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento.

SEGMENTO	PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	77,00%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	7,50%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento.

SEGMENTO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
	INVESTIMENTOS	LIMITE MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	84,50%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado	12%	6,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2,00%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento.

Na composição das carteiras dos Fundos Exclusivos serão observados os seguintes limites de diversificação na alocação de ativos.

ATIVOS DE RENDA FIXA	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
FIDC (limite global)	2,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os ratings mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

RATING MÍNIMO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	Aa1, Aa2, Aa3	A+, A, A-

No segmento de Imóveis serão admitidos os seguintes limites de concentração por imóvel e em Fundo de Investimento Imobiliário:

Imóveis	
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 10,00%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

ATIVO	EXERCÍCIO Atual	EXERCÍCIO Anterior	PASSIVO	EXERCÍCIO Atual	EXERCÍCIO Anterior
DISPONÍVEL	81	36	EXIGÍVEL OPERACIONAL	864	811
REALIZÁVEL	538.803	496.347	Gestão Previdencial	420	408
Gestão Previdencial	90	7.798	Gestão Administrativa	441	400
Gestão Administrativa	81	58	Investimentos	3	3
Investimentos	538.632	488.491	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.320	4.105
Ações	190	214	Gestão Previdencial	5.307	4.087
Fundos de Investimento	517.142	465.614	Gestão Administrativa	13	18
Investimentos Imobiliários	14.321	16.395	PATRIMÔNIO SOCIAL	532.849	491.592
Empréstimos	6.979	6.268	Patrimônio de Cobertura do Plano	522.591	477.309
PERMANENTE	149	125	Provisões Matemáticas	485.955	433.148
Imobilizado	57	64	Benefícios Concedidos	292.318	266.807
Intangível	52	-	Benefícios a Conceder	193.637	166.341
Diferido	40	61	Equilíbrio do Plano	36.636	44.161
			Resultados Realizados	36.636	44.161
			Superávit Técnico Acumulado	36.636	44.161
			Fundos	10.258	14.283
			Fundo Previdencial	6.352	6.125
			Fundo Administrativo	3.906	8.158
TOTAL DO ATIVO	539.033	496.508	TOTAL DO PASSIVO	539.033	496.508

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	483.434	428.021	12,95
1. Adições	86.716	89.578	(3,19)
(+) Contribuições Previdenciais	16.743	11.892	40,79
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	58.959	73.156	(19,41)
(+) Receitas Administrativas	6.016	3.320	81,20
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	746	1.181	(36,83)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa		29	(100,00)
(+) Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	4.252	-	
2. Destinações	(41.207)	(34.165)	20,61
(-) Benefícios	(28.704)	(27.124)	5,83
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.897)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.489)	(614)	142,51
(-) Despesas Administrativas	(10.692)	(2.472)	332,52
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(32)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(322)	(209)	54,07
(-) Constituição de Fundos - Gestão Administrativa		(1.817)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	45.509	55.413	(17,87)
(+/-) Provisões Matemáticas	52.807	25.134	110,10
(+/-) Fundos Previdenciais	227	620	(63,39)
(+/-) (Déficit) Superávit Técnico do Exercício	(7.525)	29.659	(125,37)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	528.943	483.434	9,41
C) Fundos não Previdenciais	(3.906)	(8.158)	(52,12)
(-) Fundo Administrativo	(3.906)	(8.158)	(52,12)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	474.447	421.996	12,43
1. Adições	72.923	83.612	(12,78)
(+) Contribuições Previdenciais	15.350	11.623	32,07
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	57.573	71.989	(20,03)
2. Destinações	(31.444)	(31.161)	0,91
(-) Benefícios	(28.626)	(26.987)	6,07
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial		(1.867)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.489)	(614)	142,51
(-) Custeio Administrativo	(1.329)	(1.693)	(21,50)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	41.479	52.451	(20,92)
(+/-) Provisões Matemáticas	49.149	22.525	118,20
(+/-) Fundos Previdenciais	(145)	279	(151,97)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.525)	29.647	(125,38)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	515.926	474.447	8,74
C) Fundos não Previdenciais	(2.441)	(6.636)	(63,22)
(-) Fundo Administrativo	(2.441)	(6.636)	(63,22)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB II

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	8.987	6.025	49,16
1. Adições	4.108	3.468	18,45
(+) Contribuições Previdenciais	2.722	2.301	18,30
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.386	1.167	18,77
2. Destinações	(78)	(506)	(84,58)
(-) Benefícios	(78)	(137)	(43,07)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(30)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	-	(339)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.030	2.962	36,06
(+/-) Provisões Matemáticas	3.658	2.608	40,26
(+/-) Fundos Previdenciais	372	342	8,77
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	12	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	13.017	8.987	44,84
C) Fundos não Previdenciais	(1.465)	(1.522)	(3,75)
(-) Fundo Administrativo	(1.465)	(1.522)	(3,75)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	524.097	485.580	7,93
Disponível	78	35	122,86
Recebível	2.531	14.432	(82,46)
Investimento	<u>521.488</u>	<u>471.113</u>	10,69
Ações	184	207	(11,11)
Fundos de Investimento	501.315	449.403	11,55
Investimentos Imobiliários	13.883	15.825	(12,27)
Empréstimos	6.106	5.678	7,54
2. Obrigações	5.730	4.497	27,42
Operacional	422	410	2,93
Contingencial	5.308	4.087	29,88
3. Fundos não Previdenciais	2.441	6.636	(63,22)
Fundo Administrativo	2.441	6.636	(63,22)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	515.926	474.447	8,74
Provisões Matemáticas	474.351	425.202	11,56
Superávit/Déficit Técnico	36.624	44.149	(17,04)
Fundos Previdenciais	4.951	5.096	(2,85)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB II
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	14.483	10.510	37,80
Disponível	2	1	100,00
Recebível	1.466	1.523	(3,74)
Investimento	<u>13.015</u>	<u>8.986</u>	44,84
Ações	4	4	-
Fundos de Investimento	11.811	8.107	45,69
Investimentos Imobiliários	327	285	14,74
Empréstimos	873	590	47,97
2. Obrigações	1	1	-
Operacional	1	1	-
3. Fundos não Previdenciais	1.465	1.522	(3,75)
Fundo Administrativo	1.465	1.522	(3,75)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	13.017	8.987	44,84
Provisões Matemáticas	11.604	7.946	46,04
Superávit/Déficit Técnico	12	12	-
Fundos Previdenciais	1.401	1.029	36,15

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.158	6.341	28,65
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.762	4.501	50,23
1.1. Receitas	6.762	4.501	50,23
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.329	2.031	(34,56)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.687	1.289	263,62
Resultado Positivo dos Investimentos	746	1.181	(36,83)
Outras Receitas			
2. Despesas Administrativas	11.014	2.652	315,31
2.1. Administração Previdencial	5.748	1.364	321,41
Pessoal e Encargos	4.965	897	453,51
Treinamentos/Congressos e Seminários	12	17	(29,41)
Viagens e Estadias	17	12	41,67
Serviços de Terceiros	293	148	97,97
Despesas Gerais	114	87	31,03
Depreciações e Amortizações	25	23	8,70
Contingências	322	180	78,89
2.2. Administração dos Investimentos	5.266	1.288	308,85
Pessoal e Encargos	4.937	842	486,34
Treinamentos/Congressos e Seminários	8	15	(46,67)
Viagens e Estadias	12	12	-
Serviços de Terceiros	163	300	(45,67)
Despesas Gerais	121	96	26,04
Depreciações e Amortizações	25	23	8,70
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	32	(100,00)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(4.252)	1.817	(334,01)
5. Constituição/Reversão do Fundo Adminstrativo (4)	(4.252)	1.817	(334,01)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	3.906	8.158	(52,12)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	510.975	469.351	8,87
1. Provisões Matemáticas	474.351	425.202	11,56
1.1. Benefícios Concedidos	292.055	266.563	9,56
Benefício Definido	292.055	266.563	9,56
1.2. Benefício a Conceder	182.296	158.639	14,91
Benefício Definido	182.296	158.639	14,91
2. Equilíbrio Técnico	36.624	44.149	(17,04)
2.1. Resultados Realizados	36.624	44.149	(17,04)
Superávit técnico acumulado	36.624	44.149	(17,04)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB II

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	11.616	7.958	45,97
1. Provisões Matemáticas	11.604	7.946	46,04
1.1. Benefícios Concedidos	263	244	7,79
Benefício Definido	263	244	7,79
1.2. Benefício a Conceder	11.341	7.702	47,25
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	4.735	3.161	49,79
Saldo de contas - parcela participantes	6.606	4.541	45,47
2. Equilíbrio Técnico	12	12	-
2.1. Resultados Realizados	12	12	-
Superávit técnico acumulado	12	12	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nos. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Em 31 de dezembro de 2010, o Plano de Benefícios I possui 225 Participantes Ativos (2009: 229) e 358 (2009: 355) Participantes Assistidos e o Plano de Benefícios II é integrado por 240 (2009: 219) Participantes Ativos e 3 (2009: 2) Participantes Assistidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº.1, de 03/03/2011 do CNPC, e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009 revogou a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e a Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, extinguindo, a partir do exercício de 2010, a apresentação da Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxos Financeiros, e determinando que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL, consolidado e por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios previdencial. Para poder apresentar os Demonstrativos 2010 e 2009 em comparação, foi realizada uma adequação das demonstrações de 2009 com a mesma legislação aplicada no exercício de 2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de reavaliação, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear por taxas estabelecidas pelos devidos laudos de avaliação em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos imputados pelas referidas taxas e o dispêndio efetivo.

3.8 TRANFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzidas as despesas administrativas de gestão de investimentos e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos necessários para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzidas do custo da administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o custo da administração dos investimentos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2010	2009
Autofinanciados	-	2
Déficit Contratado	90	7.525
Outros realizáveis	-	271
	90	7.798

O Déficit Contratado corresponde ao Contrato para Cobertura Parcial de Déficit Técnico firmado em 2000, entre o BRDE e o ISBRE, cujo propósito foi o de amortizar um terço do Déficit Técnico apurado na Avaliação Atuarial de 30 de junho de 2000, com amortização programada para 240 meses e encargos correspondentes à variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e juros de 6% ao ano. Em junho de 2010, em um processo de compensação de valores devidos pelo ISBRE ao BRDE (vide nota 9.3.2, a seguir), foi liquidada quase a totalidade deste contrato. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R\$ 90 mil (2009: 7.525 mil), a ser pago em uma parcela remanescente (2009: 131 parcelas). O valor compensado foi de R\$ 7.017.773,84.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2010	2009
Créditos Privados e Depósitos		
CDB	1.728	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	190	214
	190	214
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	95.065	183.009
Ações	23.618	23.602
Multimercado	397.668	259.003
Participações	791	-
	517.142	465.614
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	3.145	2.528
Edificações Locadas a Terceiros	885	870
	4.030	3.398
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	9.142	12.304
Outros Investimentos Imobiliários	1.149	693
	14.321	16.395
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	6.979	6.268
	6.979	6.268
	538.632	488.491

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos

		Em milhares de reais	
Fundos	Gestor	2010	2009
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
FI Minuano Renda Fixa	Votorantim Asset Management	95.065	83.263
		95.065	83.263
Multimercado			
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	27.234	14.22 8
Credit Suisse Guaianás FIM	Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil Ltda	66.932	60.727
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul S.A.	167.958	184.048
BBM FI Charrua Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	135.544	99.746
		397.668	358.749
Fundos Abertos			
Ações			
RB Fundamental FIA	Fundamental Investimentos Ltda	3.310	3.006
Schroder Alpha Plus FI em Ações	Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	-	20.596
GAP Ações FIA	GAP Prudencial LT Gestão de Recursos Ltda	12.164	-
Quest Ações Institucional FIA	Quest Investimentos Ltda	8.144	-
		23.618	23.602
Participações			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Fundamental Investimentos Ltda	791	-
		791	-
		517.142	465.614

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Durante o exercício foram reavaliados os imóveis da Rua Félix da Cunha, 610 – Pelotas, da Rua Uruguai, 155 – salas 111 a 117 e 1201 a 1217 e da Rua Uruguai, 167 – loja e sobre loja. As avaliações foram realizadas por empresa especializada, Embraval – Consultora e Engenharia Ltda.

Descrição	Em milhares de reais		
	Valor da Reavaliação	Valor Contábil	Variação
Félix da Cunha, 610 – Pelotas	504	470	34
Uruguai, 155 – salas 111 117	275	186	89
Uruguai, 155 – salas 1201 a 1217	1.595	1.215	380
Uruguai, 167 – loja e sobre loja	1.229	1.035	194
	3.603	2.906	697

5.4.2 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2010	2009
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	9.142	8.838
Auxiliadora, 215	IGP -M + juros simples de 10% ao ano	-	30
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP -M + juros de 6% ao ano	78	66
São Luiz, 77		-	3.436
Demais imóveis alienados	INPC ou IGP-M + juros	433	77
		9.653	12.447

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos à venda de imóveis a prazo, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2010	2009
Galeria do Rosário – 2º andar (1)	IGP -M + juros de 6% ao ano	(434)	(66)
Vig. José Inácio, 250 –2º andar (1)	INPC + juros de 6% ao ano	(78)	(77)
Av. São Luiz, 77 (1)	Aluguel	(626)	(626)
		(1.138)	(769)

(1) em cobrança judicial.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2010	2009
Selic	3%	-	7
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP - M	10%	3	40
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	50	234
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	237	654
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	2.656	5.333
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	4.033	-
		6.979	6.268

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação	Em milhares de reais	
	-%a.a.	2010	2009
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	16	16
Máquinas e Equipamentos	10%	33	37
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	108	111
Depreciação Acumulada		(102)	(102)
		57	64
Intangível			
Software	20%	57	-
Depreciação		(5)	
		52	-
Diferido			
Software	20%	134	147
Benfeitorias	20%	119	119
Depreciação Acumulada		(213)	(205)
		40	61
		149	125

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Registra o saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício que será recolhido em janeiro de 2011.

7.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2010.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

No corrente exercício, as provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2010	2009
Provável (contabilizada)	7.657	6.167
Possível (não contabilizada)	2.086	-
	9.743	6.167

Os valores acima demonstram o impacto atuarial passado de cada ação em 31/12/2010, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

Deste total, deduzem-se ainda depósitos judiciais no valor de R\$ 2.069 mil (2009: R\$ 2.080 mil) e depósitos recursais no valor de R\$ 280 mil (2009: R\$ 271 mil). No exercício, houve constituição de provisões contingenciais previdenciais no valor de R\$ 1.490 mil (2009: R\$ 614 mil).

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, foram provisionados R\$ 322 mil (2009: R\$ 210 mil) relativos a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2010, os valores depositados em juízo somam R\$ 598 mil (2009: R\$ 271 mil).

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda..

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2010	2009
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	258.276	236.861
Encargos Futuros	323.125	295.217
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(32.425)	(29.178)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(32.424)	(29.178)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	33.779	29.702
Encargos Futuros	39.021	34.299
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.621)	(2.299)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(2.621)	(2.298)
	292.055	266.563
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização		
Programada	179.679	155.652
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	226.409	197.247
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(23.365)	(20.798)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(23.365)	(20.797)
Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não		
Programada	2.617	2.987
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	6.641	5.928
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.012)	(1.471)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.012)	(1.470)
	182.296	158.639
	474.351	425.202
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2010	2009
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	263	244
Encargos Futuros	263	244
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	4.735	3.160
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	6.606	4.542
	11.341	7.702
	11.604	7.946
Total Consolidado (PB I + PB II)	485.955	433.148

9.2 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I, em 31 de dezembro de 2010, totalizou R\$ 36.624 mil (2009: R\$ 44.149 mil). O exercício apresentou déficit de R\$ 7.525 mil (2009: superávit de R\$ 29.647 mil). Isso decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: formação adicional de reservas por decorrência da redução da taxa mínima atuarial de 6% a.a. para 5,75% a.a.; adequação de premissas atuariais, com elevação de encargos, quando da reavaliação atuarial anual (composição de grupos familiares – Hx); e ressarcimento ao patrocinador de despesas pregressas havidas com dirigentes por ele cedidos (vide item 9.3.2); e, aumento das provisões contingenciais previdenciais (vide nota 8.1).

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou equilíbrio técnico no exercício, permanecendo superávit acumulado do exercício anterior de R\$ 12 mil.

9.3 Fundos

9.3.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Oscilação de Risco e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro abaixo demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2010			2009		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado
Fundos Previdenciais	4.950	1.402	6.352	5.096	1.029	6.125
Cobertura p/ Oscilação de Risco	-	85	85	-	75	75
Benefício de Risco	-	1.317	1.317	-	954	954
Fundo Previdencial	4.950	-	4.950	5.096	-	5.096

9.3.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, e pelos rendimentos do Fundo Administrativo. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas no Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2010, acumula um saldo de R\$ 2.441 mil (2009: R\$ 6.636 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2010 acumula um saldo de R\$ 1.465 mil (2009: R\$ 1.522 mil).

Durante o exercício, a PREVIC, através de Ofício nº 060/ERRS/PREVIC, de 12 de abril de 2010, determinou a provisão dos valores relativos ao custo com a cessão de pessoal pelos patrocinadores ligados à administração pública, no caso, os membros da Diretoria Executiva do ISBRE. O ISBRE provisionou esses valores em abril de 2010, compreendendo o período de junho de 2002 a fevereiro de 2010, dado que desde março, à vista do ofício SPC nº. 504 CGFD/DIFIS/PREVIC, de 12 de março de 2010, o ISBRE passou a ressarcir, ao patrocinador, as despesas por ele havidas com a remuneração, encargos e benefícios dos seus dirigentes.

Os valores provisionados foram repassados ao BRDE através da liquidação parcial do Contrato para Cobertura Parcial de Déficit Técnico firmado em 2000 entre o BRDE e o ISBRE, conforme registrado na Nota 4.

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

- **Pessoal e Encargos**

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- **Despesas Gerais**

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Rateio entre PB I e PB II**

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2010, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes para as despesas com a administração previdencial e taxa de administração de 0,25% a.a. para as despesas com a gestão dos investimentos. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, tanto previdencial como de gestão dos investimentos, seria custeada pelo Fundo Administrativo.

Assim, durante o exercício foi transferido do PB I para o PGA, o valor de R\$ 1.329 mil (2009: 1.693) para custeio das despesas administrativas previdenciais e R\$ 4.686 mil (2009: 1.267 mil) para o custeio das despesas administrativas com gestão dos investimentos.

A despesa administrativa total do PB II (R\$ 242 mil) foi custeada pelo Fundo Administrativo do plano, sendo rateada em 50% para a Gestão Previdencial e 50% para a Gestão dos Investimentos.

11.2 Fluxos dos Investimentos

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 57.573 mil (2009: 71.989 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 1.386 mil (2009: 1.167 mil) para o Plano de Benefícios II.

11.3 Resultado

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – déficit de R\$ 7.525 mil (2009: superávit de R\$ 29.647 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico.

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em quase sua totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou equilíbrio técnico, permanecendo superávit acumulado do exercício anterior de R\$ 12 mil.

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792, de 28 de setembro de 2009, devem ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios), para os demais ativos a segregação contábil dos planos foi feita utilizando-se o método “Unifundo”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Em milhares de reais								
Descrição	2010				2009			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado	Plano I BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado
Ativo								
Disponível	78	2	1	81	35	-	1	36
Realizável	521.576	13.017	4.210	538.803	478.909	8.988	8.450	496.347
Previdencial	89	1	-	90	7.796	2	-	7.798
Administrativo	-	-	81	81	-	-	58	58
Investimentos	521.487	13.016	4.129	538.632	471.113	8.986	8.392	488.491
Permanente	-	-	149	149	-	-	125	125
	521.654	13.019	4.360	539.033	478.944	8.988	8.576	496.508
Passivo								
Exigível								
Operacional	422	1	441	864	410	1	400	811
Previdencial	419	1	-	420	407	1	-	408
Administrativo	-	-	441	441	-	-	400	400
Investimentos	3	-	-	3	3	-	-	3
Exigível								
Contingência I	5.307	-	13	5.320	4.087	-	18	4.105
Previdencial	5.307	-	-	5.307	4.087	-	-	4.087
Administrativo	-	-	13	13	-	-	18	18
Provisões								
Matemáticas	474.351	11.604	-	485.955	425.202	7.946	-	433.148
Benefícios Concedidos	292.055	263	-	292.318	266.563	244	-	266.807
Benefícios a Conceder	182.296	11.341	-	193.637	158.639	7.702	-	166.341
Equilíbrio Técnico								
Fundos	36.624	12	-	36.636	44.149	12	-	44.161
Previdencial	4.950	1.402	-	6.352	5.096	1.029	-	6.125
Administrativo	-	-	-	3.906	-	-	-	8.158
PB I	-	-	2.441	-	-	-	6.636	-
PB II	-	-	1.465	-	-	-	1.522	-
	521.654	13.019	4.360	539.033	478.944	8.988	8.576	496.508

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND-Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

14. FATO RELEVANTE

14.1 – Alterações dos Anexos B e C, da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009

A Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011 (publicada em 16 de março de 2011, no Diário Oficial da União) alterou os anexos B e C, da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, basicamente visando: i) a correta definição de Ativo Líquido na Demonstração da Mutações do Ativo Líquido Consolidada e por Plano de Benefícios; ii) alteração da Demonstração do Ativo Líquido Consolidada e por Plano de Benefícios que apresentavam divergências de uma demonstração para outra na resolução publicada em 2009. As alterações do Anexo B da Resolução CGPC nº 28/2009 também corrigiram as instruções para o preenchimento da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios (Facultativa).

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Superintendente e Financeiro
CPF 176.060.390 -20

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF 138.654.200-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS 40.688
CPF 337.171.250 -87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2010, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2010, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 229 Participantes ativos, sendo 137 do sexo masculino e 92 do sexo feminino; e
- 366 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 276 Aposentados por Tempo de Contribuição ou por Idade; 17 Aposentados por Invalidez e 73 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

a) Hipóteses Econômicas/Financeiras:

- Taxa Real de Juros: 5,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 3.241,55
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula

b) Hipóteses Demográficas:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em setembro de 2009 (ano base anterior), deve-se registrar que, para salvaguardar a solvência do plano, foram realizadas as seguintes alterações nas hipóteses / premissas atuariais:

- Taxa de Real de Juros: redução de 6% para 5,75% ao ano; e
- Compromisso Familiar (Hx): compromisso foi estabelecido com base na família média apurada na data base de setembro de 2010.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2010, mais precisamente na data base de 31/12/2010, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e

Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

● Patrimônio de Cobertura do Plano*:	R\$ 510.975.102,71
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
● Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 292.055.533,59
2. Benefícios a Conceder	R\$ 182.295.977,15
● Fundos:	
1. Fundo Previdencial	R\$ 4.950.593,53
2. Fundo Administrativo	R\$ 2.441.301,63
● Superávit Técnico Acumulado	R\$ 36.623.591,98 (7,17% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2010 foi de 13,43%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I deve ser equivalente à variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 5,75 a.a. (Taxa eal de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,59%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 0,84 ponto percentual. Desta forma, os resultados obtidos se situaram em patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2010 as despesas administrativas do Plano de Benefícios I totalizaram R\$ 10.764.322,29, correspondendo ao comprometimento de 2,11% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2010. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Desta forma, pode-se constatar que em 2010 as despesas administrativas do PB-I superaram, em 1,11 ponto percentual, o limite estabelecido no PGA do ISBRE. Entretanto, se faz necessário ressaltar que o motivo de tal descompasso pode ser creditado ao ressarcimento, realizado no exercício de 2010, do montante de R\$ 6.715.661,86 feito pelo PB-I/ISBRE ao Patrocinador (BRDE). O ressarcimento em questão foi retroativo ao mês de junho de 2002, e refere-se às despesas incorridas pelo ISBRE com salários e encargos sociais de diretores cedidos pelo Patrocinador (BRDE). Desprezando-se o montante ressarcido e referente a exercícios passados, as despesas administrativas do Plano de Benefícios I se situariam abaixo do limite estabelecido no PGA, comprometendo 0,79% do montante de recursos garantidores do plano.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2010, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 2.441.301,63. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos acumulados no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios I utilize ao longo do ano de 2011 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,30% (zero vírgula trinta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender

as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

8. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2011, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2010, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2010, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467563020/00

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2010, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2010, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 242 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos, todos pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

- a) Hipóteses Econômicas/Financeiras:
- Taxa Real de Juros: 5,75% a.a.
 - Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
 - Parcela Previdencial: R\$ 2.716,53
 - Plano de Custeio vigente:
 - Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
 - Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário Contribuição.
 - Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras
 - Taxa de Carregamento: nula
 - Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
 - Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- b) Hipóteses Demográficas:
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
 - Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
 - Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
 - Tábua de Rotatividade: não considerada
 - Entrada de novas gerações: não considerada
 - Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em setembro de 2009 (ano base anterior), deve-se registrar que, para salvaguardar a solvência do plano, foram realizadas as seguintes alterações nas hipóteses / premissas atuariais:

- Taxa de Real de Juros: redução de 6% para 5,75% ao ano; e
- Compromisso Familiar (Hx): compromisso foi estabelecido com base na família média apurada na data base de setembro de 2010.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2010, mais precisamente na data base de 31/12/2010, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Patrimônio de Cobertura do Plano: ... R\$ 11.615.922,00	
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
● Patrimônio de Cobertura do Plano:	R\$ 11.615.922,00
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
● Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 263.078,08
1.1 Benefícios de Risco	R\$ 263.078 08
2. Benefícios a Conceder	R\$ 11.340.768,34
2.1 Benefícios Programáveis	R\$ 11.340.768,34
● Fundos:	
1. Previdencial	R\$ 1.401.526,11
1.1 Fundo de Cobertura dos Benefícios de Risco	R\$ 1.316.531,30
1.2 Fundo de Oscilação de Riscos	R\$ 84.994,81
2. Administrativo	R\$ 1.464.785,74
● Superávit Técnico Acumulado:	R\$ 12.075,58
	(0,10% do Patrimônio de Cobertura do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do plano no exercício de 2010 foi de 13,46%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 5,75 a.a. (Taca Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,59%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 0,87 ponto percentual. Desta forma, os resultados obtidos se situaram em um patamar superior ao mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos colaboraram positivamente para a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2010 as despesas administrativas do Plano de Benefícios II totalizaram R\$ 249.673,76, correspondendo ao comprometimento de 2,15% do montante de recursos garantidores no dia 31/12/2010. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Desta forma, pode-se constatar que em 2010 as despesas administrativas do PB-II superaram, em 1,25 ponto percentual, o limite estabelecido no PGA do ISBRE. Entretanto, se faz necessário ressaltar que o motivo de tal descompasso pode ser creditado ao ressarcimento, realizado no exercício de 2010, do montante de R\$ 151.779,40 feito pelo PB-II/ISBRE ao Patrocinador (BRDE). O ressarcimento em questão foi retroativo ao mês de junho de 2002, e refere-se às despesas incorridas pelo ISBRE com salários e encargos sociais de diretores cedidos pelo Patrocinador (BRDE). Desprezando-se o montante ressarcido e referente a exercícios passados, as despesas administrativas do Plano de Benefícios II se situariam abaixo do limite estabelecido no PGA, comprometendo 0,84 % do montante de recursos garantidores do plano.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2010, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.464.785,74. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos acumulados no Fundo Administrativo, recomenda-se que o Plano de Benefícios II utilize em 2011 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2011 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

8. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2011, conforme discriminado abaixo:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2010, foi constituído o “Fundo de Oscilação de Riscos” com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467563020/00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalva, datado de 03 de março de 2010.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2011, exceto para a Nota 14.1, que é de 18 de março de 2011.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544
MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Instituição, declaram que os elementos oferecidos apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do ISBRE em 31.12.2010, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

AMILCAR SERGIO MENCIA
Presidente

ANTONIO ERVINO HAMMES
Conselheiro

GILNEI ROBERTO DOS S. VARGAS
Conselheiro

ODILON ARTHUR BREMER
Conselheiro

FRANCISCO LUTERO LUEHRING
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 25, item VII, dos Estatutos Sociais, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 01 de março de 2011, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, consolidada e por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, por plano de benefícios e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2010.

Porto Alegre, 03 de março de 2011.

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Presidente do Conselho

MAURO ROSITTO D'ÁVILA
Conselheiro

SÉRGIO DARCI INÁCIO
Conselheiro

ITAGIBE BARBOSA LOHMANN
Conselheiro

DARLAN CONTE
Conselheiro